

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Guilherme Henrique Warmling

**Agressividade tributária na evidenciação de passivos contingentes nas
empresas listadas na B3 S/A**

Florianópolis

2023

Guilherme Henrique Warmling

**Agressividade tributária na evidenciação de passivos contingentes nas
empresas listadas na B3 S/A**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de ciências contábeis do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em ciências contábeis.

Orientadora: Profa. Viviane Theiss, Dra.
Coorientadora: Katia Dalcerro, Ms.

Florianópolis

2023

Warmling, Guilherme Henrique

Agressividade tributária na evidenciação de passivos contingentes nas empresas listadas na B3 S/A / Guilherme Henrique Warmling ; orientadora, Viviane Theiss, coorientadora, Katia Dalcerro, 2023.

31 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

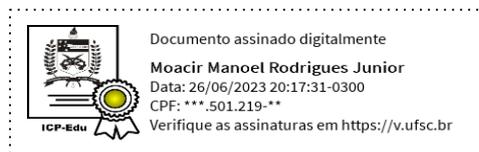
1. Ciências Contábeis. 2. Agressividade Tributária. 3. Passivos Contingentes. 4. Gerenciamento Tributário. I. Theiss, Viviane. II. Dalcerro, Katia. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Contábeis. IV. Título.

Guilherme Henrique Warmling

Agressividade tributária na evidenciação de passivos contingentes nas empresas listadas na B3 S/A

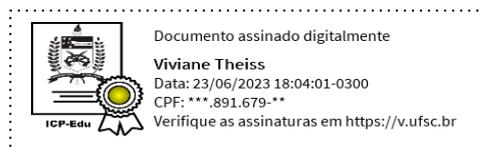
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis.

Florianópolis, 23 de junho de 2023.



Prof. Moacir Manoel Rodrigues Junior, Dr.
Coordenação do Curso

Banca examinadora



Profa. Viviane Theiss, Dra.
Orientadora



Profa. Katia Dalcerro, Ma.
UFSC



Profa. Suliani Rover, Dra.
UFSC

Florianópolis, 2023.

RESUMO

A pesquisa analisou a relação entre a agressividade tributária e a evidenciação dos passivos contingentes em empresas listadas da B3 S/A, entre os anos de 2018 e 2022. Foram coletados dados de 402 empresas, das quais 182 compõem a amostra, conforme nossos parâmetros definidos no estudo, dispostas em painel desbalanceado. A coleta foi realizada pela base de dados da Economática® e notas explicativas das empresas listadas na B3 S/A, sendo os dados organizados em painel, com a realização de testes estatísticos e aplicando regressões lineares múltiplas para analisar a relação entre as variáveis. Em relação à agressividade tributária, os dados coletados não parecem ser unânimes, a estatística descritiva apresentou que a *Book Tax Difference* (BTD) e a *Effective Tax Rate* (ETR) indicam que em média as empresas analisadas tendem a ser mais agressivas tributariamente enquanto a Taxa de Tributos de Valor Adicionado (TTVA) indica menor agressividade. Quanto aos passivos contingentes com chance “possível”, a maioria das empresas apresentava o valor nas notas explicativas, mas a falta de uniformidade na apresentação desses dados dificultou a coleta. O resultado apontado pela regressão utilizando a *proxy* TTVA, indica que há uma relação positiva e significativa entre essa variável e a evidenciação do valor de passivos contingentes. Assim, pode-se concluir que para cada uma unidade de agressividade tributária medida pela TTVA, há uma redução de 51,18% na média no valor evidenciado de passivo contingente pelas empresas listadas da B3 S/A.

Palavras-chave: Agressividade Tributária; Passivos Contingentes; Gerenciamento Tributário.

ABSTRACT

The survey analyzed the relationship between tax aggressiveness and the evidence of contingent liabilities in companies listed in B3 S/A, between the years 2018 and 2022. We collected data from 402 companies, of which 182 make up the sample, according to our parameters defined in the study, arranged in a unbalanced panel. The collection was carried out through the database of Economática® and explanatory notes of the companies listed in B3 S/A, the data being organized in a panel, with statistical testing and applying multiple linear regressions to analyze the relationship between the variables. In relation to tax aggressiveness, the data collected does not appear to be unanimous, the descriptive statistics presented that the Book Tax Difference (BTD) and the Effective Tax Rate (ETR) indicate that on average the companies analyzed tend to be more aggressive while the Value Added Tax Rate (TTVA) indicates less aggressivity. As for contingent liabilities with a “possible” chance, most companies presented the value in the explanatory notes, but the lack of uniformity in the presentation of these data made it difficult to collect. The result pointed out by the regression using the TTVA proxy indicates that there is a positive and significant relationship between this variable and the evidence of the value of contingent liabilities. Thus, it can be concluded that for each unit of tax aggressiveness measured by TTVA, there is a reduction of 51.18% on average in the evidenced value of contingent liability by the companies listed of B3 S/A.

Keywords: Tax Aggressiveness; Contingent Liabilities; Tax Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de estudos anteriores sobre agressividade tributária	14
Quadro 2 – Relação de estudos anteriores sobre passivos contingentes	17
Quadro 3 – Relação das variáveis utilizadas.....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas por setor e média PCON por ano	22
Tabela 2 – Estatística Descritiva das variáveis	22
Tabela 3 – Correlação entre variáveis do estudo	23
Tabela 4 – Regressões BTM, ETR e TTV.....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS.....	11
1.1.1	Objetivo geral	11
1.1.2	Objetivos específicos	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA	13
2.2	PASSIVOS CONTINGENTES	15
2.3	AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA E PASSIVOS CONTINGENTES	18
3	METODOLOGIA	19
3.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	19
3.2	IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	19
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Há uma crescente busca por informações sobre temas de agressividade tributária e planejamento tributário, com interesse público relacionado às decisões corporativas, principalmente as relativas à tributação. No entanto, muitos pontos precisam ser investigados em face a especificidades da realidade brasileira, no qual não há definição legal ou regulamento administrativo que defina agressividade tributária (MARTINEZ, 2017).

Abrahão (2011) descreve que a agressividade tributária é uma maneira de planejar a redução de impostos, consiste em um estudo preventivo sobre as modalidades de tributação existentes para verificar qual das alternativas resultará em maior economia em relação aos tributos, que representa uma importante ferramenta frente à competitividade no âmbito empresarial.

As práticas de planejamento tributário geram reduções dos impostos explícitos, que definem, com base em sua magnitude, o grau de agressividade apresentado. De modo que entidades mais agressivas buscam opções que causem a redução dos tributos e posições fiscais mais favoráveis, no qual a legislação não é clara (LIMA, *et al.*, 2021).

Porém, é válido ressaltar que o planejamento tributário apenas é considerado válido quando não foge à legislação, caracterizando elisão fiscal, que se define por evitar, reduzir ou retardar o pagamento de tributos ao utilizar de meios legais permitidos ou não proibidos para gerar economia (CAMPOS; NASCIMENTO; PRIMOLA, 2021).

Araújo *et al.* (2018) trazem em sua pesquisa o fato de empresas brasileiras serem, de modo geral, mais suscetíveis a agressividade fiscal devido à complexidade das normas tributárias do país, quando comparadas a empresas da *New York Stock Exchange* (NYSE), em geral são mais conservadoras para preservar sua imagem, corroborado por pesquisa de Martinez, Santana Júnior e Sena (2022).

Essa situação representa um problema para o mercado brasileiro, visto que a qualidade da informação de certos aspectos das demonstrações de empresas agressivas é reduzida, de modo que não mais representam a realidade da empresa (GUIMARÃES; MACEDO; SANTOS, 2018).

Outro risco ao qual as empresas estão sujeitas são os eventos que estão fora de seu controle, como exemplos: processos judiciais, garantias de liquidação duvidosa

e reembolso por possíveis danos ambientais. Este tipo de risco é nomeado de contingências e provisões (BALDOINO; BORBA, 2015).

Quando a saída de recursos é incerta, com maior probabilidade de que o evento não venha a acontecer, a obrigação é considerada um passivo contingente, divulgado apenas nas notas explicativas quando avaliado com risco “possível” de saída, porém tais valores podem influenciar significativamente uma entidade caso reconhecidos (DALLABONA; MACOHON; SCARPIN, 2014).

Diante do exposto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa, qual o efeito da agressividade tributária na evidenciação de valores dos passivos contingentes nas empresas listadas na B3 S/A, entre os anos de 2018 e 2022?

1.1 OBJETIVOS

Neste capítulo são apresentados o objetivo geral e específicos deste estudo.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o efeito da agressividade tributária na evidenciação de valores dos passivos contingentes em empresas listadas na B3 S/A.

1.1.2 Objetivos específicos

Para alcance do objetivo geral, o estudo busca responder aos seguintes objetivos específicos:

- a) Apontar a evidenciação contábil de passivos contingentes em empresas listadas na B3 S/A entre os anos de 2018 e 2022;
- b) Identificar a agressividade tributária pelas *proxies* de BTD, ETR e TTVA em tais empresas;
- c) Relacionar a agressividade tributária e evidenciação de passivos contingentes entre as empresas listadas na B3 S/A.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente estudo contribui para a literatura em relação a agressividade tributária, estudos voltados para evidências empíricas sobre o assunto já relacionaram à multinacionalidade e ativos intangíveis (LIMA; *et al.*, 2021); à alavancagem financeira (MARTINEZ; MARTINS, 2016); à rentabilidade na negociação de informações privilegiadas (CHUNG; *et al.*, 2019) e à liquidez acionária (CAMPOS; NASCIMENTO; PRIMOLA, 2021).

Contribui também para a literatura acerca de passivos contingentes, usados para observar a variabilidade nos índices de endividamento (DALLABONA; MACOHON; SCARPIN, 2014); tendo suas características diferenciadas entre o cenário brasileiro e o internacional através da NYSE (BALDOINO; BORBA, 2015) e definindo as características que podem influenciar em seu provisionamento (FERREIRA; ROVER, 2019).

Os temas foram contemplados juntos em outra pesquisa que evidenciou a relação entre a *proxy* BTB (*Book Tax Difference*), que mede a diferença entre o lucro contábil e o lucro real, e a qualidade da informação dos passivos contingentes tributários, na qual é demonstrada uma relação significativa e negativa entre as variáveis, assim, empresas que não buscam diminuir seu lucro tributável cumprem com mais exigências do CPC 25 sobre os passivos contingentes tributários (FERREIRA; MAGALHÃES, 2018).

O presente estudo se diferencia dos anteriores ao analisar o efeito que a agressividade tributária tem sobre o valor evidenciado de todos os tipos de passivos contingentes avaliados com risco de chance “possível”, utilizando dados quantitativos, entre os períodos de 2018 a 2022.

Contribui também para a prática ao identificar a mensuração e evolução de práticas de agressividade tributária e a evidenciação de passivos contingentes das empresas listadas na bolsa de valores brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No decorrer desse capítulo será realizada uma apresentação da literatura acerca dos temas sugeridos pelos objetivos específicos contemplados no trabalho. O primeiro tópico aborda a agressividade tributária e as *proxies* contempladas pela pesquisa. O segundo descreve sobre passivos contingentes e sua definição. E o terceiro tópico do referencial apresenta a relação entre os temas com a construção da hipótese de pesquisa.

2.1 AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA

O gerenciamento tributário e de resultado representam a tomada de decisões com a busca por maiores lucros ou menor carga tributária (GUIMARÃES; MACEDO; SANTOS, 2018). Assim, o grau de agressividade tributária mede a procura pela redução do ônus fiscal por meio da redução de seus impostos explícitos, por vezes sem considerar a legislação ou as normas vigentes, de modo que quanto maior a agressividade, maior o risco de que as transações realizadas não serão consideradas pela autoridade fiscal (MARTINEZ, 2017).

Martinez (2017) explica que isso ocorre no Brasil devido à falta de definição do planejamento tributário na legislação e em regulamentos administrativos, visto que entidades mais agressivas tributariamente buscam regimes no qual a lei é incerta ou aberta à interpretação, para conseguir a maior economia possível. Assim, a aplicação de figuras jurídicas existentes se torna confusa ou impossível.

No escopo internacional as definições se mantêm, com a agressividade tributária como a manipulação da carga tributária para a apresentação de melhores resultados, e como consequências são mencionados a maior complexidade organizacional e opacidade financeira, que prejudicam os acionistas e são associadas com a queda no valor de ações (CHUNG *et al.*, 2019).

A agressividade tributária pode ser apresentada por meio de diversas *proxies*, entre elas: o BTM (*Book Tax Difference*), que representa a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável, de modo que é bastante associada ao objetivo principal do planejamento tributário e pode apontar indícios de ilegalidades e riscos desconhecidos por usuários externos; a ETR (*Effective Tax Rate*), que pode ser calculada por vários métodos mas visa apresentar a razão entre os tributos pagos e o

lucro contábil; e a Taxa DVA, que calcula a taxa tributária sobre o lucro adicionado, sendo mais vantajosa no Brasil por permitir a análise dos tributos dos âmbitos federal, estadual e municipal, diferente das outras *proxies* que consideram exclusivamente os incidentes sobre o resultado (MARTINEZ, 2017; GUIMARÃES; MACEDO; SANTOS, 2018; LIMA *et al.*, 2021).

O Quadro 1 mostra objetivo geral, metodologia e resultados de estudos anteriores sobre agressividade tributária. Eles foram encontrados no portal de periódicos da CAPES através de pesquisas pelos termos “Agressividade tributária”, “Agressividade fiscal” e “*Tax aggressiveness*”.

Quadro 1 – Relação de estudos anteriores sobre agressividade tributária

Estudo	Objetivo geral	Metodologia	Resultado
Martinez, Martins (2016)	Analisar a relação existente entre alavancagem financeira e a agressividade fiscal.	Análise de dados em painel.	As empresas com maior agressividade fiscal são mais alavancadas.
Guimarães, Macedo, Santos (2018)	Analisar o impacto da agressividade tributária na qualidade das informações contábeis no Brasil.	Utilização de modelo econométrico.	A agressividade tributária reduz a capacidade informacional do lucro para o mercado de capitais.
Chung <i>et al.</i> (2019)	Examinar a associação entre agressividade tributária corporativa e a rentabilidade da negociação de informações privilegiadas.	Utilização de modelos de regressão.	Encontrada associação positiva entre agressividade tributária e rentabilidade da negociação de informações privilegiadas.
Campos, Nascimento, Primola (2021)	Avaliar potenciais práticas sinalizações de agressividade fiscal vis-à-vis à liquidez acionária das empresas brasileiras de capital aberto.	Testes de Chow, de Hausman e de LM de Breusch-Pagan.	Observou-se indícios de que a liquidez de ações influencia práticas de agressividade fiscal.
Lima <i>et al.</i> (2021)	Verificar como a agressividade tributária é afetada pela multinacionalidade, considerando o nível de ativos intangíveis de cada empresa.	Utilização de modelo econométrico.	A presença de multinacionalidade reduz, em média, os níveis de agressividade fiscal da empresa. Porém, quanto maior o nível de ativos intangíveis maior é a agressividade fiscal das empresas.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Conforme o Quadro 1, o tema da agressividade tributária é bastante relevante no âmbito acadêmico atual, e apresenta pesquisas com predominância quantitativas para relacioná-las a outras variáveis e fatores.

2.2 PASSIVOS CONTINGENTES

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) número 25 distingue os passivos contingentes das outras contingências ao sugerir que não são reconhecidos como passivos por serem:

- (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, ou
- (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação). (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 5).

Ainda em seu texto indica que provisões são reconhecidas como passivos por serem classificadas como obrigações prováveis e a não necessidade de divulgação das saídas de recursos avaliadas como remotas, mesmo em notas explicativas, como acontece com as obrigações possíveis, distintas no pronunciamento como passivos contingentes.

Assim, quando empresas encontram a chance de ter um de seus ativos reduzidos ou de desembolsar caixa para liquidar uma eventual obrigação, devem avaliar a certeza de que o fato virá a acontecer. (DALLABONA; MACOHON; SCARPIN, 2014; BALDOINO; BORBA, 2015; FERREIRA; ROVER, 2019).

Segundo Baldoino e Borba (2015), mesmo que diversos países utilizem da mesma norma para caracterizar passivos contingentes, a subjetividade no momento de classificar a certeza sobre a ocorrência do fato leva a muitas divergências com base nos valores sociais de cada região, bem como seus códigos legais.

Essa subjetividade deve ser considerada, visto que os valores estarem ou não presentes no balanço patrimonial da empresa afeta significativamente seus indicadores (DALLABONA; MACOHON; SCARPIN, 2014). Permite ainda que valores possam ser reavaliados a cada demonstração, com as chances dessa alteração ser realizada pela empresa, afetadas por diversos fatores como seu tamanho, o valor do passivo contingente e mudanças na auditoria (FERREIRA; ROVER, 2019).

O Quadro 2 apresenta o objetivo geral, metodologia e resultados de estudos anteriores sobre a variável. Encontrados no portal de periódicos da CAPES por meio de pesquisas pelos termos “Passivos contingentes” e “*Contingent Liabilities*”.

Os estudos sobre passivos contingentes focam nos efeitos qualitativos da variável e pesquisas internacionais analisam mais a variável em relação ao setor público, como apresentam Balduino e Borba (2015), empresas internacionais apresentam menos os passivos contingentes em relação às empresas brasileiras.

Quadro 2 – Relação de estudos anteriores sobre passivos contingentes

Estudo	Objetivo geral	Metodologia	Resultado
Arslanalp, Liao (2014)	Propor um método simples para a construção de um índice de passivos contingentes para o setor bancário.	Utilização de modelo econométrico.	Tamanho e risco do setor bancário, assim como expectativa de suporte governamental influenciam os passivos contingentes.
Dallabona, Macohon, Scarpin (2014)	Analisar se há variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante das empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBovespa nos períodos de 2010 e 2011.	Análise documental e utilização de estatística descritiva e Test <i>t</i> .	Aumento no grau de endividamento de 2010 para 2011. O referido índice, sem e com adição dos passivos contingentes, no ano de 2010 não apresentou diferença significativa.
Baldoino, Borba (2015)	Identificar as características dos passivos contingentes e possíveis fatores que influenciem em sua significância nas empresas estrangeiras que negociam ações na bolsa de valores de Nova York (NYSE).	Testes de Mann-Whitney, Kruskal-Wallis e índice próprio.	Traz o Brasil como país que mais evidencia passivos contingentes dentre as empresas estrangeiras da NYSE.
Ferreira, Magalhães (2018)	Avaliar a relação entre o gerenciamento tributário e a evidenciação dos passivos contingentes tributários em empresas listadas no segmento do Novo Mercado da [B]3	Modelo de regressão com dados em painel	Apontam uma relação significativa e negativa entre o BTB e a evidenciação dos passivos contingentes tributários.
Ferreira, Rover (2019)	Identificar características que influenciam a mudança na probabilidade de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras	Modelo de regressão logística com dados em painel	Indica que processos em 1ª instância ou em instância superior tem maior probabilidade de não mudar a previsão, enquanto maiores valores, troca na firma de auditoria, tempo decorrido do processo, entre outros, tem maior probabilidade de alterar a previsão.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

2.3 AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA E PASSIVOS CONTINGENTES

No Brasil, as perdas, graças a sua classificação subjetiva quanto à chance de ocorrer entre “provável”, “possível” e “remota”, podem impactar o resultado financeiro de uma empresa se o enquadramento na norma for usado para manipular os resultados contábeis, uma vez que valores e datas de fechamento de passivos contingentes são, por definição, incertos e dependentes de eventos futuros; assim, devem regularmente serem reavaliados (BALDOINO; BORBA, 2015; FERREIRA; ROVER, 2019).

A agressividade tributária, por sua vez, é percebida em situações em que a lei fiscal é incerta, possibilitando a opção pelo que é mais vantajoso (MARTINEZ, 2017), ao utilizar, por vezes o deslocamento de lucros, custos e uso de canais de dívidas (LIMA; *et al*, 2021). Como pode ser o caso quando há transformação entre passivo contingente, apresentado nas notas explicativas, e provisão, contabilizada nas demonstrações contábeis (FERREIRA; ROVER, 2019).

As empresas brasileiras, segundo Baldoino e Borba (2015), são as que mais divulgam passivos contingentes no cenário internacional, com diferentes categorias predominando em cada continente. Ao analisar as empresas na América Latina percebe-se um maior volume de contingências tributárias. A qualidade da informação, no entanto, entre empresas do Novo Mercado da B3 S/A, é baixa, uma vez que apresentam, em média, cerca de 50% de aderência às normas relativas a evidenciação dos passivos contingentes tributários (FERREIRA; MAGALHÃES, 2018).

Assim, a subjetividade na classificação dos passivos contingentes permite certa margem para que empresas classifiquem o risco de a perda ocorrer conforme o que julgarem mais vantajoso, o que gera a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: A agressividade tributária diminui o valor evidenciado de passivos contingentes.

A partir dessa hipótese, espera-se que empresas que realizam ou utilizam da agressividade tributária apresentem menores evidências de passivos contingentes em seus relatórios contábeis. Por serem empresas mais ousadas tributariamente, podem também procurar evitar a evidenciação de tais valores de contingentes negativos à empresa e aos olhos de seus *stakeholders*.

3 METODOLOGIA

No primeiro tópico deste capítulo serão apresentadas as características da pesquisa, assim como procedimentos adotados para a coleta dos dados e o processo de formação da base de dados utilizada para os testes estatísticos.

O segundo identificará as variáveis da pesquisa, a justificativa para sua utilização no estudo e a maneira como foram calculadas, quando necessário, com um quadro para resumir as informações disposto no final do tópico.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa, caracterizada como descritiva por buscar apresentar os dados existentes que descrevem determinada realidade, utiliza uma abordagem quantitativa para analisar de modo empírico se há o efeito entre a agressividade tributária na evidenciação de passivos contingentes por meio de análise de dados de regressão múltipla com dados em painel desbalanceados, que possibilitam a análise de informações ao longo do tempo (JOHNSTON; DINARDO, 2016).

O procedimento adotado é documental, com a coleta dos dados sendo realizada na base de dados Economática® e nas notas explicativas disponibilizadas no site da B3 S/A, entre os anos de 2018 e 2022.

A população da pesquisa compreendeu o montante de 402 empresas, com a remoção de 61 empresas por fazerem parte do setor financeiro por apresentarem diferenças nas exibições das demonstrações; exclusão de 60 empresas por possuírem patrimônio líquido negativo; e de 99 por não possuírem dados necessários para a realização do estudo no período de análise incluindo as variáveis de controle, finalizando com 182 empresas, algumas das quais não possuíam informações para todos os anos, formando o painel desbalanceado com 849 observações.

3.2 IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

O estudo utiliza como variável dependente o valor dos passivos contingentes com chance “possível” (PCON), que foram coletados nas notas explicativas, sendo considerado para o modelo de regressão o logaritmo natural da soma dos valores

(Quadro 3) apresentados pelas empresas em tais demonstrações (DALLABONA; MACOHON; SCARPIN, 2014; FERREIRA; ROVER, 2019).

As variáveis independentes LTD, ETR e TTVA são utilizadas como *proxies* para a agressividade tributária (Quadro 3). A LTD foi escolhida como *proxy* de agressividade tributária por ser bastante relacionada com o planejamento tributário e poder demonstrar a intenção de uma empresa em reduzir seus tributos, sendo calculado a partir da diferença entre a LAIR e o Lucro Real, dividido pelo ativo total (ARAÚJO; *et al.*, 2018).

A ETR apresenta uma medida de agressividade mais relacionada à carga fiscal de caixa da organização, sendo calculada pela divisão entre a soma do IR e CSLL pela LAIR, para essa *proxy* quanto menor o valor, maior a agressividade da empresa (MARTINEZ, 2017).

A Taxa de Tributos de Valor Adicionado (TTVA), para Lima *et al.* (2021), é mais abrangente e avalia o impacto dos tributos sobre o valor adicionado pela empresa, sendo bastante particular do cenário brasileiro, calculada pela razão entre a carga tributária segundo a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e o valor adicionado total a distribuir, logo, quanto menor a TTVA, maior a agressividade fiscal.

Como controle foram escolhidas as variáveis Tamanho (TAM), pois espera-se que empresas de maior porte apresentem maiores valores de passivos contingentes. Retorno sobre o ativo (ROA), visto que empresas com maiores rentabilidades, sujeitas a maiores riscos, costumam apresentar maiores índices de agressividade fiscal, o que pode gerar maior interesse do mercado, representado pelo *Market to Book* (MTB), que identifica a relação entre o valor de mercado e valor contábil (Patrimônio Líquido) da empresa. Alavancagem financeira (ALA), uma vez que empresas com maior agressividade tendem a buscar mais recursos de terceiros (MARTINEZ; MARTINS, 2016; CARVALHO; *et al.*, 2017; ARAÚJO; *et al.*, 2018), com a dívida criada podendo gerar riscos; o que implica uma menor capacidade de cobrir suas despesas de capital de giro e um menor índice de liquidez corrente (LIQC); e SETOR, visto que há diferenças entre a agressividade entre os setores (FERREIRA; MAGALHÃES, 2018). Além disso, estimado o modelo de regressão considerando efeito fixo de setor e ano. O Quadro 3 apresenta o resumo das variáveis utilizadas no estudo.

Quadro 3 – Relação das variáveis utilizadas

Variável	Tipo	Descrição	Cálculo	Autores
LPCON	Variável dependente	Riscos classificados com chance “possível” de saída de caixa	Logaritmo natural da soma dos valores evidenciados em Notas Explicativas	Ferreira, Rover (2019)
BTD	Variável Explicativa	<i>Book Tax Difference</i>	Diferença entre Lucro Contábil e Lucro Real dividido pelo Ativo Total	Araújo, <i>et al.</i> (2018); Lima, <i>et al.</i> (2021)
ETR	Variável Explicativa	<i>Effective Tax Rate</i>	Tributos sobre o Lucro divididos pelo LAIR	Martinez, Martins (2016); Araújo, <i>et al.</i> (2018)
TTVA	Variável Explicativa	Proporção do valor adicionado dedicado a tributação	Carga Tributária (DVA) dividida pelo valor adicionado total a distribuir	Martinez (2017); Lima, <i>et al.</i> (2021)
TAM	Variável de Controle	Tamanho da empresa	Logaritmo natural do ativo	Martinez, Martins (2016); Araújo, <i>et al.</i> (2018); Lima, <i>et al.</i> (2021)
ALA	Variável de Controle	Alavancagem financeira	Adquirido da base de dados	Martinez, Martins (2016); Araújo, <i>et al.</i> (2018); Lima, <i>et al.</i> (2021)
ROA	Variável de Controle	Retorno sobre o ativo	Adquirido da base de dados	Martinez, Martins (2016); Araújo, <i>et al.</i> (2018); Lima, <i>et al.</i> (2021)
MTB	Variável de Controle	<i>Market to Book</i>	Adquirido da base de dados	Carvalho, <i>et al.</i> (2017)
LIQC	Variável de Controle	Liquidez corrente	Adquirido da base de dados	Meirelles, Netto, Rosetti (2022)
SETOR	Variável de Controle	Setor conforme base de dados	Efeito fixo do setor	Ferreira, Magalhães (2018)
ANO	Variável de Controle	Ano de análise	Efeito fixo do ano	Martinez, Martins (2016); Ferreira, Rover (2019)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Os dados foram dispostos em forma de painel desbalanceado. Utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla para a realização do teste da hipótese do estudo. Foram realizados os testes de pressupostos da regressão, *Shapiro-Francia*, *Breusch-Pagan* e *White* e *vif*, para verificar a normalidade dos resíduos, e possíveis problemas de heterocedasticidade e multicolinearidade dos dados respectivamente. Desta forma, foi aplicado o modelo de regressão linear múltipla, com dados em painel desbalanceado e estimado por Mínimos Quadrados Ordinário (MQO), com erros-padrões robustos (JOHNSTON; DINARDO, 2016).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise dos resultados da pesquisa. O primeiro objetivo específico do estudo foi identificar a presença de passivos contingentes nas empresas listadas na B3 S/A entre os anos de 2018 e 2022, das quais foram consideradas 182 empresas, de diversos setores, com destaques para consumo cíclico, com 53 empresas e utilidade pública, com 38, como pode ser observado na Tabela 1, com a distinção da média no valor de passivos contingentes por ano.

Tabela 1 – Empresas por setor e média PCON por ano

Setor	Quant.	Média PCON				
		2018	2019	2020	2021	2022
Bens industriais	28	543.793,59	703.147,96	697.186,07	761.397,68	854.040,75
Comunicações	3	21.582.296,33	18.045.463,33	19.351.458,67	18.843.577,33	21.075.827,00
Consumo cíclico	53	297.597,56	354.903,67	352.909,28	421.355,83	500.752,49
Consumo não cíclico	15	9.507.586,69	8.302.733,79	9.318.669,80	9.818.439,60	11.257.735,40
Materiais básicos	16	7.372.565,63	8.371.420,81	9.611.644,40	9.003.373,69	10.122.958,06
Petróleo gás e biocombustíveis	7	40.618.311,83	37.690.857,67	32.859.277,43	36.811.715,29	42.958.857,29
Saúde	15	414.677,82	497.081,82	593.559,47	597.791,13	1.211.121,00
Tecnologia da informação	7	261.340,25	236.211,25	135.813,00	140.036,43	157.763,71
Utilidade pública	38	3.501.376,37	3.244.773,89	3.257.696,68	3.851.215,51	3.924.110,20

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No segundo objetivo específico do estudo foi apontar a agressividade tributária das empresas listadas na B3 S/A entre os anos de 2018 e 2022. Para auxiliar na análise, elaborou-se a Tabela 2 com as variáveis do estudo e suas estatísticas descritivas, com destaque para o número de observações, a média, o desvio padrão, assim como os valores mínimos e máximos de cada variável.

Tabela 2 – Estatística Descritiva das variáveis

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PCON	849	4,52E+06	1,91E+07	39,00	2,57E+08
BTD	849	0,02	0,06	-0,31	0,37
ETR	849	-0,05	16,92	-330,99	322,05
TTVA	849	0,76	9,73	-10,89	205,43
ATIVO	849	2,52E+07	8,30E+07	63,671	9,87E+08
ROA	849	5,01	7,35	-24,07	85,47
ALA	849	2,85	30,90	-369,02	747,13
MTB	849	2,92	7,19	0,17	132,79
LIQC	849	2,11	1,60	0,16	18,49

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A Tabela 2 permite observar que a *proxy* BTD possui um valor médio próximo a zero ao indicar uma diferença entre lucro contábil e lucro real não muito representativa em relação ao ativo, apesar de positivo conforme recomendações de Araújo, *et al.* (2018) e Lima, *et al.* (2021), mostrando ser uma evidência que as empresas realizam a agressividade tributária.

A ETR, no entanto, sugere maior agressividade entre as empresas, devido ao valor médio próximo a zero, indicando uma pequena razão entre os impostos sobre o lucro pagos e o lucro antes de tais tributos. Aspecto este condizente com os estudos de Martinez e Martins (2016) e Araújo, *et al.* (2018).

Para a agressividade tributária medida pela TTVA, que indica um índice da razão entre os tributos pagos segundo a DVA e o valor adicionado total a distribuir próximo a um, sugerindo que grande parte do valor adicionado é destinado ao pagamento de impostos. Para esta variável observa-se uma relação inversa, pois quanto menor a TTVA, maior a agressividade fiscal, segundo Lima *et al.* (2021).

Outrossim, pode-se identificar que há grande variabilidade para as variáveis PCON e ATIVO, devido à ordem de grandeza de seu desvio padrão, motivo pelo qual será utilizado o logaritmo natural destas variáveis no cálculo das regressões, transformando-as em LPCON e TAM, com médias 13 e 16, respectivamente.

A Tabela 3 evidencia-se a correlação entre as variáveis analisadas por meio do teste de *Spearman*. Dentre as três *proxies* de agressividade, somente a ETR e TTVA apresentaram correlação significativa e positiva, porém fraca, com a evidenciação de passivos contingentes. Aspecto que indica que empresas da B3 S/A que possuem evidenciação de maiores valores de passivos contingentes são menos agressivas fiscalmente do que as demais.

Tabela 3 – Correlação entre variáveis do estudo

	LPCON	BTD	ETR	TTVA	TAM	ROA	ALA	MTB	LIQC
LPCON	1,0000								
BTD	-0,0546	1,0000							
ETR	0,1350*	-0,3745*	1,0000						
TTVA	0,1909*	-0,1578*	0,1966*	1,0000					
TAM	0,8491*	-0,0349	0,1219*	0,1407*	1,0000				
ROA	-0,0281	0,7580*	-0,0578	0,2700	-0,0256	1,0000			
ALA	0,0478	0,0575	-0,1132*	0,1655*	0,0618	0,2674*	1,0000		
MTB	0,0647	0,1711*	0,0849*	0,0849*	0,0616	0,2713*	0,1407*	1,0000	
LIQC	-0,3701*	0,1912*	-0,2247*	-0,2247*	-0,2839*	0,1195*	-0,0770*	-0,0660	1,0000

Nota: *p<0,05.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Em relação a ETR e a TTVA esperava-se que ocorresse um efeito negativo entre as *proxies* de agressividade tributária e a evidenciação dos passivos contingentes, pois quanto menor a ETR e a TTVA maior a agressividade tributária (MARTINEZ, 2017; LIMA *et al.*, 2021).

Com relação às variáveis de controle, LPCON apresenta índice significativo e forte com TAM, mostrando que empresas de maior porte tendem a possuir as maiores evidenciações com passivos contingentes e possui correlação significativa, negativa e moderada com LIQC, de modo que empresas com maiores riscos avaliados como “possíveis” tendem a apresentar menores índices de liquidez corrente, ou seja, menor capacidade de cobrir suas despesas de capital de giro.

As *proxies* para agressividade tributária relacionam-se de forma significativa, com índice positivo, porém fraco, entre ETR e TTVA, e negativo entre elas e a BTM, com correlações moderada e fraca, respectivamente. Isso era o esperado, pois quanto maior a BTM, maior a agressividade tributária, ao contrário das outras duas variáveis, como citado anteriormente.

Ainda se observa que todas as *proxies* se relacionam de maneira significativa e positiva, embora fraca, com a variável de controle MTB, de modo que a BTM aponta um aumento na agressividade com o crescimento desse índice, enquanto ETR e TTVA apontam redução.

Todas também apresentam correlação fraca com LIQC de forma significativa, porém a BTM se relaciona de forma positiva; enquanto ETR e TTVA, de forma negativa, assim maiores valores de liquidez corrente demonstram, para todas as *proxies*, maior agressividade tributária.

A BTM ainda se relaciona de forma significativa e forte com ROA, implicando que um aumento na rentabilidade significa maior agressividade, considerando essas variáveis. A ETR e TTVA apresentam correlação fraca e positiva com TAM, de modo que empresas de maior porte são menos agressivas. As *proxies* se relacionam, também de forma significativa, mas fraca, com ALA, embora ETR apresente índice negativo e a TTVA positivo, assim, uma maior alavancagem financeira representa maior agressividade para ETR e menor para TTVA.

A Tabela 4 mostra os resultados das regressões, utilizando como variável dependente a evidenciação de passivos contingentes PCON e a BTM, ETR e TTVA, como independente e TAM, ROA, ALA, MTB e LIQC como variáveis de controle.

Conforme teste de *Shapiro-Francia* (p -valor=0,00001) percebe-se a ausência de normalidade no comportamento dos resíduos da regressão, não permitindo a generalização dos resultados. Ambos os testes de *Breusch-Pagan* e *White* retornaram p -valor=0,000, indicando problemas de heterocedasticidade, sendo necessário estimar o modelo de regressão com erros-padrão robustos. Não foram identificados problemas com multicolinearidade (VIF médio=1,64).

As regressões da LTD, ETR e TTVA apresentaram valores consideráveis de R^2 (0,7607; 0,7608; 0,7622), que representa o poder explicativo do modelo, e todas utilizaram 849 observações, em geral apenas metade dos setores apresentaram relações significativas, porém, ao nível de significância de 10%, a relação dos anos, com exceção de 2019, foram significantes.

Tabela 4 – Regressões LTD, ETR e TTVA

LPCON	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	t	P-value
BTD	-0,043074	1,360927	-0,03	0,975
TAM	1,217458***	0,0291912	41,71	0,000
ROA	0,007495	0,0112655	0,67	0,506
ALA	0,0204235**	0,0085626	2,39	0,017
MTB	-0,0202015	0,0160867	-1,26	0,210
LIQC	-0,2736936***	0,0361178	-7,58	0,000
SETOR				
Comunicações	0,6959695***	0,2182232	3,19	0,001
Consumo cíclico	-0,3084914**	0,1365731	-2,26	0,024
Consumo não cíclico	-0,0426861	0,1762499	-0,24	0,809
Materiais básicos	-0,0246051	0,2080715	-0,12	0,906
Petróleo gás e biocombustíveis	0,527226**	0,2065073	2,55	0,011
Saúde	-0,1198526	0,178468	-0,67	0,502
Tecnologia da informação	-0,0152553	0,3193955	-0,05	0,962
Utilidade pública	-0,361165**	0,1560625	-2,31	0,021
ANO				
2019	-0,001868	0,1356037	-0,01	0,989
2020	-0,248976*	0,1338099	-1,86	0,063
2021	-0,3849476***	0,1395148	-2,76	0,006
2022	-0,3511726**	0,1427183	-2,46	0,014
<hr/>				
ETR	-0,0364017	0,0754735	-0,48	0,630
TAM	1,218104***	0,0292721	41,61	0,000
ROA	0,0069063	0,0076775	0,90	0,369
ALA	0,0199522**	0,0085999	2,32	0,021
MTB	-0,0190618	0,0163432	-1,17	0,244
LIQC	-0,2741482***	0,0355843	-7,70	0,000
SETOR				
Comunicações	0,68582***	0,2179245	3,15	0,002
Consumo cíclico	-0,3163283**	0,1371543	-2,31	0,021
Consumo não cíclico	-0,0526233	0,1771053	-0,30	0,766
Materiais básicos	-0,0261102	0,2064045	-0,13	0,899
Petróleo gás e biocombustíveis	0,5230798**	0,2067231	2,53	0,012
Saúde	-0,127428	0,1787183	-0,71	0,476

Tecnologia da informação	-0,0209023	0,3190649	-0,07	0,948
Utilidade pública	-0,363377**	0,1563545	-2,32	0,020
ANO				
2019	-0,0054551	0,1359165	-0,04	0,968
2020	-0,2518511*	0,1343142	-1,88	0,061
2021	-0,3845758***	0,1385436	-2,78	0,006
2022	-0,3500255**	0,1429773	-2,45	0,015
TTVA	0,5118354*	0,2637256	1,94	0,053
TAM	1,217143***	0,0297308	40,94	0,000
ROA	0,0076443	0,0078327	0,98	0,329
ALA	0,0192**	0,0083527	2,30	0,022
MTB	-0,0222871	0,0161296	-1,38	0,167
LIQC	-0,2640485***	0,0362213	-7,29	0,000
SETOR				
Comunicações	0,5483004**	0,2363745	2,32	0,021
Consumo cíclico	-0,3161164**	0,1368683	-2,31	0,021
Consumo não cíclico	-0,0465527	0,1749371	-0,27	0,790
Materiais básicos	-0,0536677	0,2080123	-0,26	0,796
Petróleo gás e biocombustíveis	0,4451681**	0,2115176	2,10	0,036
Saúde	-0,1616396	0,1810334	-0,89	0,372
Tecnologia da informação	-0,0205012	0,3191992	-0,06	0,949
Utilidade pública	-0,4679059***	0,1680524	-2,78	0,005
ANO				
2019	-0,0041661	0,1349731	-0,03	0,975
2020	-0,2472531*	0,1335384	-1,85	0,064
2021	-0,3735496***	0,1387679	-2,69	0,007
2022	-0,3444686**	0,1424974	-2,42	0,016

Nota: ***p<0,01, **p<0,05, *p<0,10.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Conforme os dados apresentados na Tabela 4, a BTB (p-value=0,975) e a ETR (p-value=0,630) não influenciam o valor evidenciado dos passivos contingentes ao nível de significância de 10%.

A *proxy* TTVA, por outro lado, apresenta correlação ao nível de significância de 10% (p-value=0,053) e o valor positivo do coeficiente (0,5118354) corrobora o observado no teste de *Spearman*, uma redução de uma unidade no valor da TTVA, indicando maior agressividade tributária, causa, em média, uma redução de 51,18% do valor na evidenciação dos passivos contingentes. Desse modo não se rejeita a hipótese H1: A agressividade tributária diminui o valor evidenciado de passivos contingentes.

A variável de controle TAM apresentou relação ao nível de significância de 1% (p-value=0,000), assim, um aumento de uma unidade no tamanho da empresa implica em um aumento de 121,75% no valor dos passivos contingentes, conforme seu coeficiente, isso mostra que empresas com ativos mais elevados apresentam maior valor de passivos contingentes.

Outra variável também relevante a esse nível de significância foi a LIQC (p-value=0,000), porém com coeficiente negativo, indicando que o aumento em uma unidade da liquidez corrente causa uma redução de 26,40% do valor da evidenciação dos passivos contingentes, assim, empresas mais líquidas, de acordo com a variável, apresentam menores valores para as saídas consideradas com risco “possível”.

A ALA apresentou influência ao nível de significância de 5% nas regressões da BTB, ETR e TTVA (p-value=0,017;0,021;0,022) e um coeficiente de aproximadamente 0,02 em todas as regressões, de modo que um aumento de uma unidade na alavancagem acrescenta em 0,02% o valor da evidenciação de passivos contingentes, conseqüentemente, empresas mais abertas a utilização de capital de terceiros possuem maiores valores de passivos contingentes.

As variáveis de controle ROA (p-value=0,506;0,369;0,329) e MTB (p-value=0,210;0,244;0,167) não apresentaram, em nenhuma das regressões, influência ao nível de significância de 10%.

A variável SETOR foi utilizada como uma variável categórica, de modo que os dados apresentados mostram a diferença entre a média dos valores daquele setor e a média dos valores no que foi omitido (bens industriais), assim, pode-se perceber que para essa variável, os setores de consumo não cíclico, materiais básicos, saúde e tecnologia da informação, não apresentaram influência significativa.

O setor de comunicações, por outro lado, apresentou influência ao nível de significância de 1% nas regressões da BTB e da ETR, e ao nível de 5% na da TTVA, sempre com coeficiente positivo, desta forma aponta maior evidência, em média, no valor dos passivos contingentes nesse setor em relação ao de bens industriais. Assim como o setor de petróleo, gás e biocombustíveis, sempre com influência ao nível de 5% de significância.

O setor de consumo cíclico, no entanto, apresentou coeficiente negativo, indicando que, em média, esse setor evidencia menores valores de passivos contingentes do que o de bens industriais, sempre influente ao nível de 5% de significância. Outro setor com o coeficiente sempre negativo foi o de utilidade pública, com influência ao nível de 5% nas regressões da BTB e da ETR e ao nível de 1% na da TTVA.

A variável ANO recebeu tratamento semelhante a variável SETOR, omitindo o ano de 2018. O ano de 2019 não mostrou influência significativa, enquanto 2020 demonstrou ao nível de 10%; 2021, ao nível de 1% e 2022, ao nível de 5%. Os

coeficientes, com comportamentos semelhantes em todas as regressões, apontam que, em média, houve queda na evidenciação dos valores de passivos contingentes até 2021 (período pandêmico), com uma leve retomada em 2022.

Os resultados encontrados estão alinhados com pesquisa de Ferreira e Magalhães (2018), na qual empresas com maior agressividade fiscal cumprem com menos dos requisitos de divulgação de passivos contingentes tributários, visto que o indicado pela variável TTVA, com influência significativa, mostra que empresas mais agressivas tributariamente também apresentam menores valores evidenciados de passivos contingentes.

A pesquisa avança discussões sobre agressividade tributária ao mostrar a significância da variável baseada no valor adicionado, não incluída em muitos estudos sobre o tema, como na análise da relação com a alavancagem financeira, na pesquisa de Martinez e Martins (2016) e na análise no impacto na capacidade informacional do lucro em estudo de Guimarães, Macedo e Santos (2018), porém contemplada em pesquisas mais recentes como na de Lima *et al.* (2021) sobre a relação da agressividade com multinacionalidade e ativos intangíveis.

Em relação aos passivos contingentes, mostra que seus valores são significativos e não devem ser ignorados na análise de empresas, assim como demonstrado em pesquisa de Dallabona, Macohon e Scarpin (2014). A relevância sobre o tema também pode ser explicado por pesquisa de Balduino e Borba (2015), na qual apontaram que empresas brasileiras na bolsa de *Nova York* tendem a apresentar mais seus passivos contingentes em relação a empresas estrangeiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o efeito da agressividade tributária na evidenciação de passivos contingentes em empresas listadas na B3 S/A. Com base nos dados apresentados não se rejeita a hipótese H1: A agressividade tributária diminui o valor evidenciado de passivos contingentes.

Tal resultado pode ser inferido pela existência de correlação positiva e significativa entre as variáveis LPCON e TTVA, indicando que uma redução no valor da TTVA, indicando agressividade tributária, reduz também a evidenciação nos valores dos passivos contingentes, fato perceptível no teste de *Spearman* e na regressão, na qual a *proxy* para agressividade possui coeficiente positivo. As variáveis BTM e ETR não apresentam influência significativa na regressão.

Os achados do estudo vão ao encontro do resultado de pesquisa anterior semelhante, que mostrou uma relação entre o gerenciamento tributário, por meio da variável BTM e a qualidade na evidenciação dos passivos contingentes, no qual a maior agressividade fiscal representa a menor qualidade na apresentação das informações (FERREIRA; MAGALHÃES, 2018).

As informações encontradas pela pesquisa contribuem para a literatura sobre agressividade tributária e para a de passivos contingentes, demonstrando a relação entre as variáveis, assim como a relação com as variáveis de controle utilizadas e as variações na evidenciação dos valores de passivos contingentes.

Algumas limitações encontradas no decorrer da pesquisa foram a dificuldade na coleta dos valores de passivos contingentes, não apresentados nas notas explicativas de forma uniforme entre as empresas, e a falta de dados para o cálculo de algumas das variáveis, reduzindo a quantidade de observações do estudo.

Como sugestão para futuras pesquisas sobre o assunto é a investigação da relação das presentes variáveis com as provisões para riscos judiciais com chance “provável”, além de avaliar a distinção entre tipos de contingências, visto que uma possível explicação para o resultado da atual pesquisa é que empresas com uma postura fiscal agressiva resolvam ser mais conservadoras em relação ao risco, julgando-o como provável para que seja provisionado, reduzindo o lucro e a tributação sobre ele incidente.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, M. A. **A elisão fiscal como ferramenta para o planejamento tributário**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. p.47. 2011.
- ARAÚJO, R. A. M.; CÂMARA, R. P. B.; FILHO, P. A. M. L.; SANTOS, L. M. da S. Agressividade Fiscal: uma comparação entre empresas listadas na NYSE e BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 1, p. 39-54, 2018.
- BALDOINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre empresas estrangeiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.
- CAMPOS, O. V.; NASCIMENTO, E. M.; PRIMOLA, B. F. L. Liquidez acionária e agressividade fiscal no mercado de capitais brasileiro. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, v. 20, e3188, p. 1-18, 2021.
- CARVALHO, F. P.; GONÇALVES, M. A.; LOUZADA, L. C.; MAIA, V. M. Desempenho setorial de empresas brasileiras: um estudo sob a ótica do ROE, Q de Tobin e *Market to Book*. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 149-163, 2017.
- CHUNG, S. G.; GOH, B. W.; LEE, J.; SHEVLIN, T. Corporate tax aggressiveness and insider trading. **Contemporary Accounting Research**, v. 36, n. 1, p. 230-258, 2019.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC-25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Brasília, set. 2009. Disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2019.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.
- DALLABONA, L. F.; MACOHON, E. R.; SCARPIN, J. E. Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição de passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 22, p. 03-14, 2014.
- FERREIRA, J. da S.; ROVER, S. An analysis of the relevant lawsuits in Brazilian companies: characteristics that influence the change in the probability of loss provision and contingent liabilities. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.13, e155596, p. 1-18, 2019.
- FERREIRA, L. F.; MAGALHÃES, R. A. Relação entre o Gerenciamento Tributário e a Evidenciação de Passivos Contingentes Tributários em Empresas Listadas no Novo Mercado da [B]3. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. 82-100, 2018.

GUIMARÃES, G. O. M.; MACEDO, M. A. S.; SANTOS, D. C. Gerenciamento tributário e qualidade da informação contábil: análise do impacto da agressividade tributária na capacidade informacional do lucro para o mercado brasileiro de capitais. **Revista Pensar Contábil**, v.72, n. 2, p.3-18, 2018.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric Methods**. 4 ed. Nova York: McGraw-Hill, 1996. 514p.

LIMA, A. P. A.; NOSSA, V.; NOSSA, S. N.; MOREIRA, N. C. Multinacionalidade, ativos intangíveis e agressividade fiscal. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 47, p. 124-139, 2021.

MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária: um *survey* da literatura. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 11, n. 6, p. 106-124, 2017.

MARTINEZ, A. L.; MARTINS, V. A. M. Alavancagem financeira e agressividade fiscal no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 3, p. 5-22, 2016.

MARTINEZ, A. L.; SANTANA JÚNIOR, J. L.; SENA, T. R. Agressividade tributária como fator determinante do conservadorismo condicional no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, n. 90, p. 1-16, 2022.

MEIRELLES, J. L. F.; NETTO, M. T. F.; NARA, R. Análise de indicadores financeiros e operacionais utilizados na avaliação de desempenho de empresas não-financeiras listadas na B3. **Revista Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 4, p. 1993-2008, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE TCC

ATA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO ALUNO:

GUILHERME HENRIQUE WARMLING

No dia 15 do mês de junho de 2023, às 14:00 hs, no(a) Florianópolis, SC, reuniu-se a comissão designada pela portaria 21-23/1, da coordenadoria de TCC do Curso de Ciências Contábeis, para arguição e defesa do trabalho apresentado pelo aluno acima citado. O trabalho apresentado tem por título:

AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA NA EVIDENCIAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES NAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 S/A

Terminada a apresentação e defesa, os professores da banca constituída por Viviane Theiss (Orientador), Kátia Dalcerro (Co-orientador), Suliane Rover atribuíram notas que foram encerradas em envelope fechado e entregue à Coordenadoria de TCC conforme estabelecido no regulamento de TCC, tendo sido determinada pela banca examinadora a necessidade de efetuar as seguintes modificações na versão final do trabalho a ser entregue à Coordenadoria de TCC, no prazo definido no regulamento de TCC de modo que este trabalho seja disponibilizado para consulta pública na biblioteca universitária da UFSC:

Florianópolis, 15 de de 2023.

<hr/> Viviane Theiss Presidente	 Documento assinado digitalmente Viviane Theiss Data: 22/06/2023 15:19:34-0300 CPF: ***.891.679-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
<hr/> Kátia Dalcerro Membro	 Documento assinado digitalmente Katia Dalcerro Data: 22/06/2023 15:19:21-0300 CPF: ***.904.239-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
<hr/> Suliane Rover Membro	 Documento assinado digitalmente SULIANI ROVER Data: 22/06/2023 16:47:19-0300 CPF: ***.499.349-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
<hr/> Guilherme Henrique Warmling Aluno	 Documento assinado digitalmente GUILHERME HENRIQUE WARMLING Data: 23/06/2023 08:45:33-0300 CPF: ***.835.809-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

Aberto o envelope verificou-se que o(a) Aluno(a) obteve nota final 8,5.

<hr/> Professor Moacir Manoel Rodrigues Júnior - SIAPE 1258025 Coordenador de TCC	 Documento assinado digitalmente Moacir Manoel Rodrigues Junior Data: 22/06/2023 14:23:44-0300 CPF: ***.501.219-** Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br
---	---